

O que é o bem comum?

Resposta às perguntas mais habituais sobre o bem comum: definição, participação e responsabilidade de todos na sua construção, responsabilidade do Estado; e em que consiste o destino universal dos bens.

20/08/2019

Sumário

1. Definição de bem comum

2. Responsabilidade de todos

3. A comunidade política

4. O destino universal dos bens

1. Definição de bem comum

Entende-se como bem comum “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (*Constituição Pastoral Gaudium et Spes, n. 26*).

O bem comum não consiste na simples soma dos bens particulares de cada sujeito do corpo social. Sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque é indivisível e porque só juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e guardá-lo. Entre o bem particular e o

bem comum existem condicionamentos, mas não necessariamente oposição: o bem particular não se consegue se não for orientado para o bem comum, e o bem comum realiza-se alcançando o bem particular de cada um.

Tal como a atuação moral do indivíduo é feita em conformidade com o bem, assim o ato social alcança a sua plenitude na realização do bem comum. O bem comum pode-se considerar como a dimensão social e comunitária do bem moral.

O bem comum está sempre orientado para o progresso das pessoas, ao qual o progresso social se deve subordinar.

Catecismo da Igreja Católica, 1906,1910-1912, 1922 Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 164

Meditar com S. Josemaria

Um homem ou uma sociedade que não reaja diante das tribulações ou das injustiças e se não esforce por as aliviar, não é um homem ou uma sociedade à medida do amor do Coração de Cristo. Os cristãos - conservando sempre a mais ampla liberdade quando se trata de estudar e de pôr em prática as diversas soluções, segundo um pluralismo bem natural - terão de convergir no mesmo anseio de servir a humanidade. Se não, o seu cristianismo não será a Palavra e a Vida de Jesus: será um disfarce, um embuste feito a Deus e aos homens. *Cristo que Passa, 167*

Esta é a tua tarefa de cidadão cristão: contribuir para que o amor e a liberdade de Cristo presidam a todas as manifestações da vida moderna: a cultura e a economia, o trabalho e o descanso, a vida de família e a convivência social. *Sulco, 302*

É necessário que a Universidade incuta nos estudantes uma mentalidade de serviço: serviço à sociedade, promovendo o bem comum através do trabalho profissional e da atuação pública. Os universitários devem ser responsáveis, sentir uma sã inquietação pelos problemas dos outros e um espírito generoso que os leve a enfrentar estes problemas e a procurar encontrar-lhes a melhor solução. É missão da Universidade dar tudo isto aos estudantes. *Temas Atuais do Cristianismo, 74*

2. Responsabilidade de todos

A pessoa não pode realizar-se isoladamente, isto é, prescindir do seu ser “com” e “para” os outros. Esta verdade impõe-lhe não só uma simples convivência nos diferentes

níveis da vida social, mas também a procura incessante, de um modo prático e não só idealista, do bem, quer dizer, do sentido e da verdade que se encontram nas formas de vida social existentes. Nenhuma forma expressiva da sociabilidade – desde a família, passando pelo grupo social intermédio, a associação, a empresa de carácter económico, a cidade, a região, o Estado, até a própria comunidade dos povos e das Nações – pode iludir a questão acerca do próprio bem comum, que é constitutivo do seu significado e verdadeira razão de ser da sua própria subsistência.

A dignidade da pessoa humana implica a busca do bem comum. O bem comum é um dever de todos os membros da sociedade: ninguém está isento de colaborar, de acordo com as suas próprias capacidades, na sua realização e desenvolvimento. Cada um deve preocupar-se por

suscitar e sustentar instituições que melhorem as condições da vida humana.

A participação é feita em primeiro lugar com a dedicação às tarefas cuja responsabilidade pessoal se assume: através da atenção dada à educação na própria família, da responsabilidade no seu trabalho, cada pessoa participa no bem dos outros e da sociedade.

Os cidadãos devem, sempre que possível, tomar parte ativa na vida pública. A participação de todos na promoção do bem comum implica, como qualquer dever ético, uma conversão, renovada sem cessar, dos membros da sociedade para acabar com a fraude e outros subterfúgios incompatíveis com as exigências da justiça. É necessário cuidar do desenvolvimento de instituições que melhorem as condições da vida humana.

Catecismo da Igreja Católica,
1913-1917, 1926 Compêndio da
Doutrina Social da Igreja, 165-167

Meditar com S. Josemaria

Como cristão tens o dever de atuar, de não te abster, de prestar a tua própria colaboração para servir com lealdade, e com liberdade pessoal, o bem comum. *Forja, 714*

Tu, pela tua condição de cristão, não podes viver de costas para nenhuma inquietação, para nenhuma necessidade dos homens, teus irmãos. *Forja, 453*

Observa todos os teus deveres cívicos, sem te querereres subtrair ao cumprimento de nenhuma obrigação; e exerce todos os teus direitos, em bem da coletividade, sem excetuares imprudentemente nenhum. Também aí deves dar testemunho cristão. *Forja, 697*

Os filhos de Deus, cidadãos da mesma categoria que os outros, temos de participar "sem medo" em todas as atividades e organizações honestas dos homens, para que Cristo ali esteja presente. Nosso Senhor pedir-nos-á conta estreita se, por desleixo ou comodismo, cada um de nós, livremente, não procurar intervir nas obras e nas decisões humanas, de que dependem o presente e o futuro da sociedade.

Forja, 715

Com liberdade, e de acordo com os teus gostos ou qualidades, participa ativa e eficazmente nas associações retas, oficiais ou privadas do teu país, com uma participação cheia de sentido cristão: essas organizações nunca são indiferentes para o bem temporal e eterno dos homens. *Forja, 717*

3. A comunidade política

A responsabilidade de edificar o bem comum compete, para além das pessoas particulares, também ao Estado, porque é a razão de ser da autoridade política. Cada pessoa, a família, os organismos intermédios não estão em condições de alcançar por si só o seu pleno desenvolvimento; daí advém a necessidade das instituições políticas, cuja finalidade é tornar acessíveis às pessoas os bens necessários – materiais, culturais, morais, espirituais – para gozarem de uma vida autenticamente humana.

Para assegurar o bem comum, o governo de cada país tem o dever específico de harmonizar com justiça os diversos interesses setoriais.

O bem comum exige prudência por parte de cada um, e ainda mais por parte daqueles que exercem a

autoridade. Comporta três elementos essenciais:

1. Supõe, em primeiro lugar, o respeito pela pessoa enquanto tal. Em nome do bem comum, as autoridades estão obrigadas a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. Em particular, o bem comum reside nas condições necessárias para que se possam exercer as liberdades naturais indispensáveis para o desenvolvimento da vocação humana: direito de agir de acordo com a reta norma da sua consciência, à proteção da vida privada e à legítima liberdade, também em matéria religiosa.

2. Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento. Certamente cabe à autoridade decidir, em nome do bem comum, entre os diferentes interesses particulares; mas deve

proporcionar a cada um o que necessita para ter uma vida verdadeiramente humana: alimentação, roupa, saúde, trabalho, educação e cultura, informação adequada, direito a constituir família, etc.

3. O bem comum implica, finalmente, a paz, quer dizer, a estabilidade e a segurança de uma ordem justa. Supõe, portanto, que a autoridade assegura, por meios honestos, a segurança da sociedade e a dos seus membros.

A autoridade é exercida de maneira legítima se for aplicada à persecução do bem comum da sociedade. Para alcançá-lo, devem empregar-se meios moralmente aceitáveis.

Catecismo da Igreja Católica,
1906-1909 Compêndio da Doutrina
Social da Igreja, 168-169

Meditar com S. Josemaria

Interpretai, portanto, as minhas palavras como o que são: um chamamento a exercerdes diariamente, não apenas em situações de emergência, os vossos direitos; e a cumprirdes nobremente as vossas obrigações como cidadãos - na vida política, na vida económica, na vida universitária, na vida profissional -, assumindo com coragem todas as consequências das vossas decisões, arcando com a independência pessoal que vos corresponde. E essa mentalidade laical cristã permitir-vos-á fugir de toda a intolerância, de todo o fanatismo. Di-lo-ei de um modo positivo: far-vos-á conviver em paz com todos os vossos concidadãos e fomentar também a convivência nos diversos sectores da vida social.

Temas Atuais do Cristianismo, 117

4. O destino universal dos bens

Entre as múltiplas implicações do bem comum adquire relevo imediato o princípio do destino universal dos bens: “Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade”. (*Constituição Pastoral Gaudium et spes*, 69). Deus deu a terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus habitantes, sem excluir ninguém nem privilegiar qualquer um. Eis, então, a raiz principal do destino universal dos bens da terra. Esta, pela sua fecundidade e capacidade de satisfazer as necessidades do homem, é o primeiro dom de Deus para o sustento da vida humana.

O princípio do destino universal dos bens da terra está na base do direito

universal ao uso dos bens. Todo o homem deve ter a possibilidade de gozar do bem-estar necessário para o seu completo desenvolvimento.

Este princípio dos bens convida a cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam ter sempre presente a origem e fim de tais bens, para assim realizar um mundo justo e solidário. Da mesma forma, implica um esforço comum destinado a conseguir para cada pessoa, e para todos os povos, as condições necessárias para um desenvolvimento integral, de modo que todos possam contribuir para a promoção de um mundo mais humano, “onde cada um possa dar e receber, e onde o progresso de uns não seja obstáculo para o desenvolvimento de outros, nem um pretexto para a sua escravidão.”

Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 171-175

Meditar com S. Josemaria

“Compreende-se muito bem a impaciência, a angústia, os inquietos anseios daqueles que, com uma alma naturalmente cristã, não se resignam perante a injustiça individual e social que o coração humano é capaz de criar. Tantos séculos de convivência dos homens entre si, e ainda tanto ódio, tanta destruição, tanto fanatismo acumulado em olhos que não querem ver e em corações que não querem amar! Os bens da Terra, repartidos entre muito poucos; os bens da cultura, encerrados em cenáculos... E, lá fora, fome de pão e de sabedoria; vidas humanas - que são santas, porque vêm de Deus - tratadas como simples coisas, como números de uma estatística! Compreendo e compartilho dessa impaciência, levantando os olhos para Cristo, que continua a convidar-nos a pormos em prática o

mandamento novo do amor.” *Cristo que passa*, 111.

Para procedermos sempre assim, como essas boas mães, precisamos de esquecer-nos de nós mesmos e de não aspirar a outra superioridade senão a de servir os outros, como Jesus Cristo, que afirmava: o Filho do homem veio, não para ser servido, mas para servir. Isto exige a inteireza da submissão da nossa vontade ao modelo divino, trabalhar para todos, lutar pela felicidade eterna e pelo bem-estar dos outros. Não conheço melhor caminho para ser justo do que uma vida de entrega e de serviço. *Amigos de Deus*, 173